

Impactos das enchentes no RS em diferentes comunidades

A porroca do encontro da Psicologia com as águas | PG 12

A Psicologia na produção de novas ecologias | PG 14

O Rio Grande do Sul enfrentou, em maio de 2024, um período devastador com as enchentes que atingiram o estado. A magnitude dos eventos não apenas transformou o cenário físico, mas também revelou e exacerbou uma série de questões socioeconômicas e políticas que merecem reflexão.

O fenômeno natural que se torna cada vez mais intenso, devido às mudanças climáticas, alcançou impacto severo em diferentes comunidades do estado - em áreas urbanas, os bairros mais vulneráveis foram os mais afetados, devido a infraestruturas precárias. A água subiu e levou consigo não apenas bens materiais, mas também a segurança e o bem-estar dos moradores. Em contraste, comunidades rurais e comunidades quilombolas, muitas vezes esquecidas nas discussões sobre políticas públicas, enfrentaram a destruição de lavouras e a perda de meios de subsistência, agravando a situação de vulnerabilidade dessas populações.

É fundamental abordarmos as enchentes não apenas como um desastre ambiental, mas como um desastre sócio-político-ambiental. Essa perspectiva integrada nos ajuda a entender que os impactos das enchentes são multifacetados e interligados. O conceito de desastre sócio-político-ambiental nos permite

analisar como as condições estruturais e as políticas públicas (ou a falta delas) contribuem para a ampliação dos efeitos dos desastres naturais.

Portanto, a edição nº 96 da Revista Entrelinhas, nos convida a refletir sobre os impactos das enchentes, a partir da atuação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, que neste contexto, atuou para promover orientações à categoria profissional sobre os impactos das enchentes em diferentes comunidades. A conselheira Tesoureira do CRPRS, Maria Luiza Diello, através do seu texto “*A pororoca do encontro da Psicologia com as águas*” nos convoca a refletir sobre: “Pensar o tempo em que estamos vivendo, implica em olhar para o que fizemos do planeta, até aqui, e em reconhecer que a vida turva, encharcada e inundada, chama-nos a compor uma Psicologia que atue não somente na emergência do desastre, mas principalmente, na atenção às ecologias mentais, subjetivas, sociais, políticas, estéticas, ambientais, que compõem a tessitura dos muitos tempos que resultam na atualidade em que estamos a viver”.

Boa leitura!

Tomas Edson Silveira

Coordenador de Comunicação do CRPRS



**CONSELHO REGIONAL DE
PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO**



A Presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Miriam Cristiane Alves, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

CENSURA PÚBLICA

à psicóloga **Ivana Oliveira Abella** – CRPRS/08562, por infração ao art. 2º, alínea “g” do Código de Ética Profissional do Psicólogo e ao artigo 3º da Resolução CFP nº 07/2003, conforme trânsito em julgado do Processo Disciplinar Ético nº 07/2018.

Porto Alegre, 10 de julho de 2024.



**CONSELHO REGIONAL DE
PSICOLOGIA – 7ª REGIÃO**



A Presidenta do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, Psicóloga Miriam Cristiane Alves, em cumprimento ao estabelecido no Código de Processamento Disciplinar vem, por meio deste instrumento, aplicar a penalidade de

ADVERTÊNCIA

à psicóloga **Carmen Cristina de Lima Martineli** – CRP/RS-5075, em decorrência do processo disciplinar ético nº24/2018, por infração aos arts. 1º, alínea “g”, 2º, alínea “g” e 9º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, bem como itens I, 1, 3 e 3.4.1 da Resolução CFP nº07/2003. Penalidade tornada pública por força do parágrafo único do artigo 147 do Código de Processamento Disciplinar.

Porto Alegre, 04 de junho de 2024.

Expediente

Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Comissão editorial: Diego Gonçalo Moraes Gomes, Flávia Cardozo de Mattos, Luís Henrique da Silva Souza, Maria Luiza Diello e Priscila Góre Emílio

Coordenador de Comunicação: Tomas Edson Silveira (MTb 16333)

Jornalista Responsável: Aline Victorino (MTb 11.602)

Estagiário de jornalismo: Eduardo Silva Gonçalves

Projeto Gráfico: Moglia Comunicação Empresarial

Edição digital e editoração eletrônica: Luzz Design

Ilustrações: Jean Magnus - Olharte

Impressão: Alfa Print

Tiragem: 3200 exemplares
Distribuição gratuita

crprs.org.br

twitter.com/crprs

facebook.com/conselhopsicologiar

youtube.com/crprs

@conselhopsicologiar

Comentários e sugestões:

imprensa@crprs.org.br

Relato de experiência 4

As orientações do CRPRS à categoria profissional frente às enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul



Fique atenta/o 6

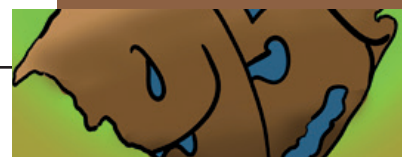
Reportagem especial 7

Impactos das enchentes no RS em diferentes comunidades



Reflexões 12

A pororoca do encontro da Psicologia com as águas



Perspectiva 14

A Psicologia na produção de novas ecologias



Psicologia e pesquisa 18

Cuidado ao Bem-Viver de Populações Indígenas em Desastres



Dicas culturais 20

Orientação técnica 22

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e as principais dúvidas de profissionais da Psicologia endereçadas ao CRPRS



CREPOP 24

Mapeando o desastre

Agenda da Psicologia 25

Observatório de Direitos Humanos 26

Mudanças climáticas e deslocamentos forçados



Transparência 27

As orientações do CRPRS à categoria profissional frente às enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul

Comissão Ecologias, Emergências e Desastres do CRPRS

Antes de 2024, o CRPRS já havia promovido ações de orientação relacionadas a Emergências e Desastres. Destaca-se principalmente, a atuação ativa em Santa Maria após o incêndio da Boate Kiss, em 2013, que vitimou 242 pessoas, e a criação do Grupo de Trabalho em Emergências e Desastres a partir das enchentes de setembro de 2023, no Vale do Taquari. Então, este campo de conhecimento e de intervenção não era inédito ao Conselho. Mesmo assim, o desastre sócio-político-ambiental de maio de 2024 no Rio Grande do Sul motivou a elaboração de novas estratégias de orientação à categoria, dada a proporção territorial e populacional deste evento crítico.

Com mais de 95% dos municípios gaúchos atingidos em menor ou maior grau de dano e gravidade – segundo balanço da Defesa Civil do RS –, os impactos do desastre sobre a saúde mental da população rapidamente se tornaram um dos principais aspectos que demandavam atenção imediata. Profissionais da Psicologia passaram a atender aos chamados para compor equipes em pontos de resgate e abrigo, mesmo reconhecendo a ausência de formação específica para intervenções desta natureza. Na medida e na velocidade da ocorrência dos acontecimentos, o CRPRS os mapeava, elaborando estratégias de orientação que tivessem alcance e efetividade.

Desta forma, foram adotadas diferentes modalidades de orientação no primeiro mês do desastre, ainda em momento de crise e resposta. Foram disponibilizados Webinários no YouTube, acessíveis síncrona ou assincronamente, abordando os seguintes temas: trabalho em rede; referências técnicas; atenção em saúde mental nos territórios; especificidades do



luto; cuidar de quem cuida, biossegurança/segurança in loco; atenção psicossocial e socioassistencial nos territórios indígenas; enfrentamento ao abuso sexual e de gênero; saúde mental da população negra e enfrentamento ao racismo ambiental; gestão do cuidado psicossocial em abrigos; redução de danos e atenção psicossocial no uso abusivo de álcool e outras drogas; intersetorialidade e transetorialidade na gestão de desastres; intervenção comunitária e ambiental nas diferentes fases do desastre; Psicologia Escolar e Educacional e situações de emergências e desastres.

Além disso, foram ofertadas Rodas de Orientação. Nos primeiros 15 dias, essas rodas aconteceram diariamente, visando contemplar as demandas urgentes de orientação da categoria. Da mesma forma, os canais de comunicação do CRPRS - site e redes sociais - foram atualizados sistematicamente com notícias e material de apoio relacionados ao tema dos desastres.

Uma estratégia de orientação que teve impacto positivo e grande alcance foi a parceria com o humorista Índio Behn, responsável pela carismática personagem Dra. Rosângela, uma psicóloga pouco ortodoxa. A personagem deu voz às orientações (técnicas) produzidas pelo CRPRS, atingindo a categoria de forma mais leve e descontraída. Orientações importantes, como práticas de atendimento on-line e estágio em contexto de crise, foram abordadas por essa via, atingindo os objetivos do Projeto Saúde Mental (en)Cena.

Cabe ressaltar que, já em 01/05/2024, o GT de Emergências e Desastres do CRPRS foi acionado e no dia seguinte o CRPRS reuniu-se com representantes da Política de Saúde Mental da Secretaria Estadual da Saúde (SES) para organizar o cadastro de voluntários/os, definindo que a SES se responsabilizaria pelo cadastro e o CRPRS, pela validação do mesmo.

Outra estratégia de orientação foram as Rodas de Orientação Territorializadas, realizadas em sete regiões atingidas pelas enchentes. Em 21/05/2024, foi criada a Comissão Permanente de Ecologias, Emergência e Desastres, que já disparou o processo de articulação com outros Conselhos Regionais, que lidam de forma corrente, com a pauta de Emergências e Desastres, assim como, de modo mais amplo, com o Sistema Conselhos de Psicologia, na perspectiva de compor ações em comum e estratégicas, para a atenção aos cenários de emergências e desastres nos diferentes territórios em que os mesmos se apresentam no país, desenhando um protocolo unificado e planos de contingência singularizados a cada regional, para definir ações territorializadas.

Além disso, o CRPRS disparou um processo de delineamento de medidas formais para produção de condições apropriadas e facilitadas, para pagamento de anuidades. E, a partir de articulação do CRPRS com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Sul (COSEMS/RS), em 06/06, passou a compor o Centro de Operação de Emergência da Saúde (COE).

A cronologia de um desastre é longa, as necessidades da população e da categoria profissional a cada tempo deste evento variam. Então, do mesmo modo que no primeiro mês foram mapeadas as demandas e elaboradas estratégias de orientação específicas para o momento, o CRPRS seguirá atento a esse mapeamento de necessidades para seguir cumprindo sua função precípua e seu compromisso social na reconstrução do estado.

Fique atenta/o

Vem aí o 12º Congresso Nacional da Psicologia



Em 2025 acontecerá o 12º Congresso Nacional da Psicologia, instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia em que são discutidas e deliberadas políticas prioritárias para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal. No CRPRS, já estão sendo realizadas as ações de mobilização com o objetivo de oportunizar a ampla participação da categoria e estudantes no debate sobre a temática do 12º Congresso Nacional da Psicologia (CNP): “Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do nosso fazer”. A partir de setembro, acontecem os Pré-Congressos Regionais da Psicologia, etapa preparatória para o Congresso Regional da Psicologia. Para participar do Congresso Nacional

da Psicologia é preciso ter sido eleita/o delegada/o nos Congressos Regionais que, por sua vez, são organizados com as/os delegadas/os eleitas/os nos Pré-Congressos.

- Pré-Congressos Regionais da Psicologia: confira agenda de Pré-Congressos programados pelo CRPRS em crprs.org.br/cnp, programe-se e participe!
- 12º Congresso Regional da Psicologia (COREPSI/RS): de 21 a 23/03/2025, em Porto Alegre.
- 12º Congresso Nacional da Psicologia (CNP): de 03 a 06/07/2025, em Brasília.

Núcleo de Estudantes

Com o objetivo de mobilizar futuras/os profissionais, o CRPRS está estruturando Núcleos de Estudantes, que serão vinculados à Comissão de Formação, para Sede e Subsedes. O Núcleo da Subsele Serra foi constituído em encontro realizado em 20/07/2024. Em breve serão divulgadas as datas de encontros na Sede (Porto Alegre) e

Subsedes Sul (Pelotas) e Centro-Oeste (Santa Maria) para organização dos Núcleos em cada região.

Estudantes de Psicologia interessados em participar de algum dos Núcleos de Estudantes do CRPRS podem enviar e-mail para direcao@crprs.org.br.

Visita ao CRPRS na Sede em Porto Alegre



Divulgada a agenda do projeto Visita ao CRPRS para o segundo semestre, para que as Instituições de Ensino Superior possam programar com antecedência a participação de suas turmas. Nos encontros, as/os estudantes de Psicologia têm a oportunidade de conhecer as instalações da Sede do CRPRS, em Porto Alegre, e entender a organização do Sistema Conselhos de Psicologia. As/Os participantes também recebem orientações sobre exercício profissional e formas de inscrição e registro no Conselho quando estiverem formadas/os.

Estudantes de Psicologia podem conferir as datas do “Visita ao CRPRS” no segundo semestre de 2024 e inscrever-se em crprs.org.br/visitaaoocrp.

- Segunda-feira, 23/09/2024, das 10h às 12h
- Quarta-feira, 16/10/2024, das 19h às 21h
- Sexta-feira, 29/11/2024, das 15h às 17h

Impactos das enchentes no RS em diferentes comunidades

As enchentes que assolaram o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, evidenciaram ainda mais as vulnerabilidades e desigualdades presentes em nossa sociedade. Impactada por esse episódio, a Psicologia precisou se reinventar e questionar lacunas de sua formação. Grande parte da categoria profissional mostrou não estar preparada para atuar em um desastre como esse, sócio-político-ambiental, e o atual contexto nos indica que novos episódios voltarão a nos atingir. Cabe, portanto, à Psicologia estudar, apropriar-se de todos os aspectos que cercam esse tema e refletir sobre o impacto em cada território, compreendendo que as consequências foram ainda mais avassaladoras para comunidades negras, indígenas e quilombolas.

“Foi no momento de ir a campo que apareceram lacunas e dificuldades que ainda enfrentamos para fazer uma entrega de atendimento de qualidade, considerando as especificidades dos atendimentos em situações de emergências e desastres e a necessidade de articulação com outros saberes e outros campos de conhecimento que nos ajudam a compor essa escuta de qualidade. Precisamos dos aportes da saúde coletiva, da saúde mental, dos direitos humanos entre outros.”, avalia a psicóloga **Maria Luísa Pereira de Oliveira** (CRP 07/04234), mestra em Saúde Coletiva e doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, atua como psicóloga clínica e como psicóloga do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e é ativista do movimento de mulheres negras feministas e pesquisadora dos estudos de gênero e das relações raciais.

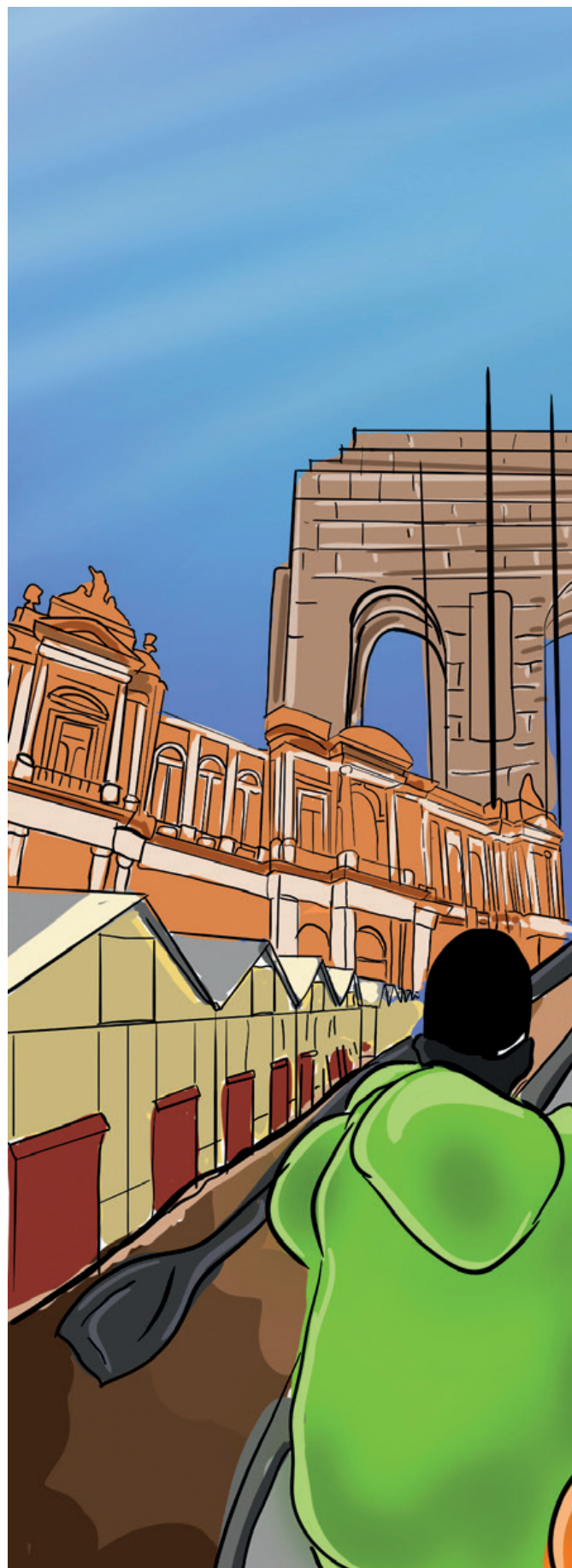
Para Maria Luísa, as enchentes evidenciaram ainda mais uma das expressões do racismo estrutural que organiza a nossa sociedade: o racismo ambiental. “Ao contrário do que muitos dizem, esses episódios não são democráticos por não atingir todas as pessoas indiscriminadamente. As condições de vida de cada pessoa são determinantes para as possibilidades de recuperação diante dessas grandes crises. É a população negra que predomina entre aquelas pessoas que habitam os territórios mais vulneráveis, com pior acesso a bens e serviços”, afirma.

“A Psicologia, como ciência e profissão, vem travando debates, estudos e pesquisas a partir das relações raciais. Atualmente, temos diversos coletivos e atuações que desenvolvem ações voltadas para o enfrentamento do racismo e a promoção da saúde mental da população negra brasileira, a fim de viabilizar melhores condições de vida e saúde no campo subjetivo. Ocorre que esse debate ainda não chegou à maioria da categoria, estando ainda limitado a profissionais negros e a pessoas que estão atentas a essas questões.”

Conforme Maria Luísa, o racismo ambiental, como conceito, surgiu na década de 1980, no âmbito da luta pelos direitos civis da população negra, mas pesquisadoras/es alertam que a compreensão sobre as vulnerabilidades de raça e classe a riscos e desastres já era apontada muito tempo antes pelas comunidades tradicionais. Aqui no Brasil, Rita Maria da Silva Passos explica racismo ambiental como a carga desproporcional dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos raciais e étnicos mais vulneráveis.

“No campo da saúde mental e no contexto da catástrofe atual, precisamos nos dar conta de que o racismo estrutural, seguidas vezes, impede que possamos enxergar o sofrimento intenso produzido por uma ruptura violenta de vínculos. E, muitas vezes, ao longo do desenvolvimento do sistema colonial escravista, evitar as manifestações explícitas de luto foi a estratégia de preservação de vida da população negra. Precisamos pensar sobre os lutos não reconhecidos, que tanto lemos nos materiais que vêm sendo produzidos para orientar as/os profissionais nas intervenções nesse contexto de catástrofe climática. Para ofertar cuidado respeitoso e de qualidade, precisamos ir além do que estamos acostumadas/dos a ler na literatura sobre fatores de risco e fatores de proteção. Como nos diz Emiliano de Camargo David ‘torna-se imperioso escutar as vozes descoloniais que nos chamam para resgatar a humanidade de negras e negros através de um processo psicológico articulado às consciências econômicas e sociais’. Somente assim a população negra poderá ter seu sofrimento reconhecido e validado, o que possibilita a superação.”

A psicóloga **Charlene da Costa Bandeira** (CRP 05/66070), mestranda na Universidade Federal Fluminense e pertencente à Comunidade Quilombola Macanudos e ao Ilé Asé Aloyá ÌfoKànrán, em Rio Grande, ressalta um desafio histórico vivenciado por essas comunidades: a invisibilidade. “Devido a um processo do colonialismo, de apagamento de nossa história, as pessoas não reconhecem esses territórios. E se não existimos, não existem políticas públicas voltadas para as nossas comunidades.” Ela explica que as comunidades próximas à Lagoa dos Patos, por exemplo, sofrem frequentemente com cheias, precisando sair de suas casas ou sendo afetadas economicamente, já que dependem da pesca para o sustento, mas essas situações não ganham visibilidade. “Essas chuvas não foram provocadas por uma ação natural. São resultados da forma como o nosso Estado e as empresas se relacionam com a natureza, em um movimento em busca do lucro. O problema é que as pessoas mais afetadas são as que lutam e protegem essa natureza.”





Por se relacionarem de uma outra forma com a terra e com o meio ambiente, o conceito de saúde mental é diferente para as comunidades quilombolas e a Psicologia, em sua atuação, precisa contemplar essas especificidades. “É preciso pensar em uma Psicologia que de fato faça sentido para esses povos. Durante a minha formação na FURG criamos o conceito de psicoquilombologia, uma metodologia de trabalho que reconhece saberes tradicionais, que olha para a terra e para sua relação com o desenvolvimento de identidade e pertencimento a partir do território, estabelecendo uma relação que pessoas urbanas não têm. Para as comunidades quilombolas, a saúde mental vem do território e é coletiva. Nossas comunidades não têm a titulação de terra, ou seja, a terra é nossa, mas de fato não é, temos limitações para plantar, pescar, comer, deixar minha filha brincar e explorar o território, essas são questões que afetam a saúde mental. Além disso, para que eu esteja bem, minha comunidade precisa estar bem, isso quer dizer que não pode passar fome, tem que ter acesso a seu território e ter saberes e espiritualidade respeitados. Diante disso, é fundamental que a/o profissional da Psicologia saiba ouvir e não patologizar nosso modo de vida.”

As comunidades indígenas do Rio Grande do Sul também foram impactadas em graus variados, implicando em evacuação total do território, dificuldade ou ausência de comunicação, acesso ao território, água e danos às estruturas de saneamento e saúde. Conforme a psicóloga **Jaqueline Medeiros S. Calafate** (CRP 19/004149), Doutora em Psicologia Clínica e Cultura e responsável da Área Técnica de Atenção Psicossocial e Promoção do Bem-Viver Indígena na Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (SESAI/MS), direta e indiretamente, 38 comunidades foram afetadas, gerando impactos em, aproximadamente, 6.524 indígenas em 2.132 famílias.

Desde os primeiros alertas emitidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia sobre a possibilidade de impactos humanos e ambientais devido às chuvas intensas na Região Sul do país, o Comitê de Resposta à Eventos Extremos na Saúde Indígena da SESA/MS iniciou o monitoramento da situação das aldeias assistidas pelos Polos Base do Distrito Sanitário Especial Indígena Interior Sul (DSEI/ISUL). Dos 12 Polos existentes nessa região, sete localizados no RS relataram impactos por conta das chuvas. “A área de Atenção Psicossocial tem se mostrado primordial no atendimento emergencial em saúde e acolhimento psicossocial das comunidades indígenas atingidas por desastres. A área da Saúde Mental tem sido reconhecida atualmente como fundamental no processo de mitigação de

riscos em emergências e desastres. Sua atuação perpassa por todas as fases do processo, desde a preparação (antes da ocorrência) até a resposta e reabilitação (durante e após). Diante do contexto e da necessidade urgente de apoio psicossocial aos povos afetados pelas enchentes e também da necessidade de fortalecer as Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena para atuarem no enfrentamento deste evento e, tendo em vista que tais profissionais também foram afetados materialmente, fisicamente e emocionalmente por esse evento, considerou-se fundamental, num primeiro momento, o acompanhamento dos mesmos. Dessa forma, a Sesai procurou se organizar desde o início deste evento para o acolhimento e acompanhamento dos indígenas e profissionais do DSEI Interior Sul”, nos conta Jaqueline.

A construção do primeiro Plano Pós-emergencial em atenção psicossocial indígena produzido pela SESAI buscou articular ações coordenadas de respostas às demandas de cuidado dessa natureza, produzidas ou intensificadas pela emergência de enchentes e inundações, bem como a mitigação dos impactos em saúde mental esperados num contexto de desastre ambiental. “As ações adotadas buscaram conjugar também a articulação com os especialistas das medicinas indígenas das etnias atingidas, bem como o fortalecimento das estratégias e tecnologias comunitárias de cuidado, a fim de garantir que fossem preservadas as



cosmovisões de cura e o significado atribuído pelas diferentes comunidades atingidas para esse tipo de catástrofe climática”.

Para Jaqueline, a Psicologia ainda tem muito o que aprender sobre manejo de populações étnicas em contexto de emergências e desastres, uma vez que os protocolos utilizados comumente para as demais populações não respondem às necessidades, tampouco as fases de intervenção necessárias

a essas populações. “São formas distintas de significar o evento e, portanto, maneiras também distintas de manejar o sofrimento. Produzir cartilhas e atuar com equipes de voluntários da Força Nacional do SUS não foi, por exemplo, uma alternativa possível para nós da SESAI nesse contexto, uma vez que expor os indígenas a pessoas que não possuem vínculo nem conhecimento de suas realidades pouco oferecia a essas pessoas. Foi necessária uma intervenção muito mais cuidadosa e estratégica, fortalecendo profissionais que já possuíam vínculo com os indígenas para a realização dos atendimentos e a garantia dos acompanhamentos”.

A Psicologia precisa, portanto, estar preparada para promover ações considerando as especificidades de cada território. Para isso, um trabalho de prevenção, ou seja, de gestão integrada, também é fundamental. Pensar na gestão integrada significa compreender, atuar e intervir em todos os aspectos que condicionam o risco, sejam eles de ordem física, ambiental e/ou psicossocial. Foi partindo desse princípio, que a Defesa Civil do Recife vem desenvolvendo uma gestão integrada do risco, focando em ações descentralizadas e permanentes nos territórios, estabelecendo uma administração de proximidade, com visão sistêmica dos espaços e medidas de Redução dos Riscos de Desastres com a população por meio da atuação de equipe técnica multidisciplinar, na perspectiva de estimular a percepção do risco, autoproteção e fortalecer a resiliência comunitária para redução de risco e desastres.

“A Gestão de Redução dos Riscos de Desastres como um processo social permanente e contínuo, sustentado pela atuação conjunta das políticas públicas com suas estruturas institucionais e com o olhar da comunidade, voltado ao enfrentamento direto das vulnerabilidades, exposição e ameaças existentes no território do Recife. A Estratégia de Gestão de Redução dos Riscos de Desastres da Secretaria-Executiva de Defesa Civil (Sedec/Recife) considera também as ameaças climáticas, pois as origens não são meramente voltadas para fatores naturais, sendo fruto de ações humanas e sua incidência nos processos de formação da sociedade. Então Governança e Participação Social são vistos como pontos estratégicos”, explicam as assistentes sociais da SEDEC/Recife **Giselle Vieira**

(especialista em Intervenção Psicossocial com Grupos em Situação de Risco e atua como Gerente Geral de Atenção Social da Secretaria Executiva de Defesa Civil) e **Maria Afra Guedes** (especialista em Gestão das Emergências e Desastres, mestre em Políticas Públicas).

O escopo do trabalho da Defesa Civil requer uma análise e abordagem sistêmica das problemáticas e complexidades vivenciadas no cotidiano, seja na promoção de ações de gestão de risco ou no gerenciamento durante e pós desastres junto à população. “Considerando o atual contexto de crise climática, o trabalho integrado e multidisciplinar inserido na estrutura da Defesa Civil tem se tornado cada vez mais necessário e urgente, diante dos impactos causados pelos desastres”, destacam. Neste sentido, a Defesa Civil do Recife incluiu no seu corpo técnico servidores efetivos de diversas áreas de atuação: Engenharia, Serviço Social, Psicologia, Geologia, Geografia, Arquitetura, desde o ano de 2008, integrando diferentes competências técnicas, teóricas e metodológicas.

“A atuação multidisciplinar contribuiu para ampliar as ações e fortalecer a gestão de risco da Defesa Civil no município. Possibilitou também maior autonomia ao órgão, garantindo agilidade no diagnóstico preventivo, nas intervenções para mitigação e nas respostas às situações de emergência e desastres, considerando a abordagem sistêmica dos aspectos geológicos, hidrológicos, estrutural, social e psicológico”. Para elas, é de suma importância a inserção de profissionais da Psicologia na Defesa Civil, com a construção de um trabalho pioneiro, com foco nas ações preventivas em âmbito comunitário e familiar, estimulando uma dinâmica de mudança de cultura, de percepção de risco da população local, fortalecimento da resiliência comunitária e de construção de redes de apoio e solidariedade. “As/Os profissionais atuam também na preparação para situações de emergências e desastres e prestam assistência e acompanham as pessoas afetadas por desastres, identificando possível problema comportamental, afetivo e emocional pós evento. E no processo de recuperação dos eventos adversos e desastres tais profissionais fortalecem a manutenção da segurança e confiança das comunidades assistidas em situação de Emergências”, exemplificam.

A pororoca do encontro da Psicologia com as águas

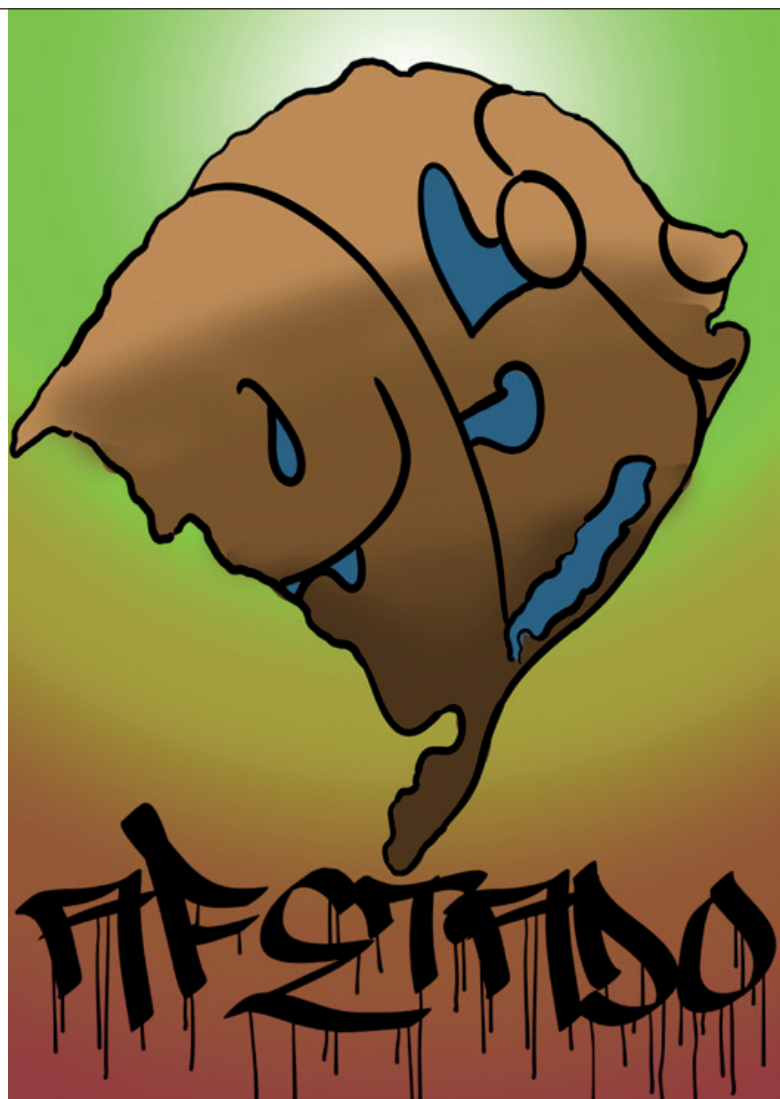
Maria Luiza Diello | CRP 07/08488

Conselheira Tesoureira do CRPRS – Gestão 2022/25.

Na casa em que costumeiramente habito, a chuva que vem de boas, vai sempre em direção contrária ao vidro da janela da minha sala de fazer versos. Na primeira semana de maio, quando a chuva desandou em seu tino, ela vinha ao encontro da vidraça dos versos e escorria pegajosa, como que escrevendo recados feitos dum timbre translúcido. Escorria pegajosa e se juntava ao rio formado no leito da rua. As lavandas, cansadas com o peso que as fustigava, deitavam contra a grade inerte e choravam um descanso feito de abandono.

As águas pegajosas foram escorrendo e se juntando com outras águas pegajosas, encheram valetas, meios-fios, bueiros, córregos, riachos e rios. Arrastaram lamas e esgotos. Espantaram ratos e baratas. Chamaram os jacarés. Ignoraram os astros e os horóscopos e escreveram suas próprias destinações, com outros caminhos, outras sinas e outros desígnios. Foram se juntando nos vales. Se misturaram com águas barrentas e com barragens. Barragens que não são um amontoado de barros, mas que formam taipas que barram o fluxo das águas incontidas pela natureza, que barram as intensidades para produzir energias – elétricas energias.

Pensar o tempo em que estamos vivendo, implica em olhar para o que fizemos do planeta, até aqui, e em reconhecer que a vida turva, encharcada e inundada, chama-nos a compor uma Psicologia que atue não somente na emergência do desastre, mas



principalmente, na atenção às ecologias mentais, subjetivas, sociais, políticas, estéticas, ambientais, que compõem a tessitura dos muitos tempos que resultam na atualidade em que estamos a viver.

Assim, olhemos para o fato de que um cenário de emergência e desastre não interrompe os modos como a vida acontecia, antes dele. Iniciado esse tempo, tudo o que existia antes, segue existindo e ainda mais, toma proporções maiores ou se transforma. Os adoecimentos, os sofrimentos, os preconceitos, as discriminações, as interseccionalidades, os atravessamentos, as intolerâncias, continuam existindo e, em tais condições, são ampliados. Esse cenário não recorta o tempo da vida e nem deve tornar a vida, algo a ser patologizado ou medicamentado.

Precisamos reconhecer outros territórios, outras territorialidades, outras desterritorializações e outras reterritorializações. Precisamos reconhecer que muitas comunidades não poderão mais voltar a existir nos mesmos lugares de antes; que os modos de fazer gestão pública, de operar nossos fazeres, não serão mais os mesmos, e que os modos de ser usuário dos serviços, dos equipamentos, das políticas públicas e do planeta, não serão mais os mesmos.

É dum desatino sem par, juntar as histórias varridas, arrastadas, lavadas, enlameadas pelas águas; histórias ajuntadas em montes, em montes de entulhos. Histórias de dor, de cor, de flor – não desabrochada, de vidas idas, desabridas, desinventadas, descompassadas. É dum desatino sem par, pensar que a vida que pulsava e também a vida guardada, virou entulho. Entulho de galhos, metais, móveis, restos inomináveis, carros, lixos vários, desatinos sem par. Entulhos de existências atulhadas de desafetos, de desamor, de dissabor, de desamor. Entulhos de afetos muitos, amorosidade, alegria, poesia, descabimento em si, ternura, simplicidade, desajuste ao ajustado, duma corredeira que vira rio. Para onde haveremos de carregar tanto entulho? No que haveremos de transformar os desencontros que esses encontros nos trazem?

É olhando para isso, que destacamos o lugar da Psicologia na composição de um outro desenho para as ecologias e para a atenção em saúde mental, não propriamente para olhar no fundo dos olhos do que há de pior e que nos olha, toca, vê, abocanha, arranca as vísceras, mas para olhar no fundo dos olhos das



existências várias e contagiar a compor com o que há de mais potente na vida das gentes. É da potência, que precisamos cuidar. Da desvitalização que nos consome, o sistema que nos devora, já cuida.

O que a Psicologia precisa aprender a fazer, não é somente correr e se escorrer a atender as crises, riscos, emergências e desastres. Agora é o tempo em que convidamos a Psicologia, as gentes, os governos públicos, as dores, a categoria, a ouvir a fúria e a braveza dos rios e das águas. Convidamos a categoria a respeitar a força das águas. Não é o momento ou o tempo sobre o que nós, humanos, temos a dizer. É o momento para entendermos o curso dos rios e o que eles têm a nos dizer, lembrando Ailton Krenak, quando nos diz: “respeitem a água e aprendam a sua linguagem. Vamos escutar a voz dos rios, pois eles falam. Sejamos água, em matéria e espírito, em nossa movência e capacidade de mudar o rumo, ou estaremos perdidos”.

A Psicologia na produção de novas ecologias

Para refletir sobre o impacto das enchentes para a Psicologia, a revista Entrelinhas entrevistou a Diretoria do CRPRS. A conselheira presidenta, Míriam Cristiane Alves, o conselheiro vice-presidente, Ademiel de Sant'Anna Junior, a conselheira tesoureira, Maria Luiza Diello, e o conselheiro secretário, Luis Henrique da Silva Souza, destacam as principais iniciativas do Sistema Conselhos de Psicologia diante desse desastre e revelam o que esperar da profissão.

Por que devemos falar em um desastre-sócio-político ambiental?

O desastre sócio-político-ambiental que atingiu o estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024 não pode ser descrito como um evento desvinculado dos modos de viver que compõem a sociedade. As águas que caíram sobre o RS estavam previstas para serem dispersas entre vários estados brasileiros, mas ficaram represadas por uma massa de ar quente advinda dos modos de produção e cultivo realizados no Norte, Centro-Oeste e Sudeste do país. Esses eventos cataclísmicos, cada vez mais recorrentes, mostram-nos a necessidade de repensar a territorialidade e os modos como entendemos a sociedade em níveis micro e macropolítico. Podemos dizer que vivenciamos os usos do planeta de modo predatório e isso nos coloca a ocupar os diferentes territórios, de forma a acentuar as desigualdades e exacerbar as práticas de destruição. Os desastres que vêm ocorrendo no território do RS não se diferenciam de outros desastres que vem acontecendo em outros lugares. Deslizamentos, enchentes, rompimento de barragens, secas, queimadas etc., tornaram-se situações corriqueiras e normalizadas, no imaginário da maior parte das pessoas. A invasão das cidades aos territórios dos rios e dos mares, é marcada pela produção de beleza de tais regiões, mas poucos olham para os efeitos danosos dessas situações. Lembremos que as formas como nos relacionamos com a natureza são fundamentais, especialmente considerando que muitos desastres ocorrem devido à ocupação inadequada de espaços e dos recursos, assim como à má gestão pública; além disso, cabe assinalar, que fatores relacionados à segregação-sócio-espacial determinam que as pessoas que mais sofrem com esses desastres são aquelas em situações de vulnerabilidade social. Destacamos, assim, a interseccionalidade desses problemas, em nosso trabalho, e a importância de contemplarmos isso em nossas atuações.

Após esse desastre no RS, o que esperar da Psicologia daqui para frente?

A Psicologia – outrora desenhada, pensada e vivenciada a partir de situações relativamente controladas pelas experimentações humanas – vem sendo, reiteradamente, convocada a pensar e atuar em contextos de extremas vulnerabilidades, como situações de emergências e desastres, fome, falta de moradia, precárias condições de acesso à renda. Vale lembrar que vivemos num sistema capitalístico que privilegia alguns, bem remunera outros e segrega ou condena à precariedade todos aqueles que não servem aos seus propósitos, que geram a seca, as queimadas,

o desmatamento etc. Em maio de 2024, a Psicologia foi muito mais acionada e convocada do que em qualquer outro cenário ou acontecimento e isso exige que nossa profissão seja muito mais talhada a lidar com esses cenários, passando pela inclusão dessas temáticas nos currículos de formação acadêmica, assim como, pela produção de estratégias de atenção e atuação frente aos mesmos. Enfim, é preciso ampliar o olhar para a Psicologia, que pode atuar na produção de novas ecologias subjetivas, sociais, políticas, ambientais etc., que provoquem aos existires sustentáveis e que não seja mais uma psicologia que atente somente para os danos e seus efeitos.



Como está sendo articulada a parceria do CRPRS com o Poder Público para a atuação da Psicologia nas Emergências e Desastres?

Compreendemos o papel da Psicologia na composição de estratégias de resposta para o curto, médio e longo prazo, o CRPRS transformou o seu Grupo de Trabalho em Emergências e Desastres (setembro/2023) em Comissão Permanente de Ecologias, Emergências e Desastres (maio/2024). Como resposta imediata, o CRPRS mapeou as áreas afetadas pelas chuvas, com foco na categoria e em seus locais de atuação, articulando com o diagnóstico realizado pelo Estado, partindo do entendimento de que a rede de saúde mental seja estratégica para compor uma resposta às situações de emergências e desastres. Esse mapeamento teve como foco os 78 municípios em que foi decretado estado de calamidade pública, tendo como parâmetros, a quantidade de equipamentos de saúde em cada município, de psicólogos/os nesses equipamentos; de profissionais de Psicologia com registro ativo e residentes nesses locais e as representações das Secretarias de Saúde e das Coordenadorias de Saúde. Com esse mapa, pudemos realizar uma composição interinstitucional com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aprimorando e ampliando essa intercambiação estratégica e política, a partir dos diagnósticos realizados pela Secretaria Estadual de Saúde, e, dessa forma, poder construir, propor e adaptar ações específicas e condizentes com as

realidades locais, para cada uma das 19 regiões de saúde atingidas, seja por inundações, enchentes ou deslizamentos. A composição e cruzamento de mapas, além de aumentar a compreensão das áreas atingidas, constitui-se em ferramentas que subsidiam ações frente à gestão de emergências e desastres, podendo amplificar as possibilidades de atuação nas redes de saúde mental sem ofuscar o protagonismo dos territórios e da construção de redes de afeto e acolhimento das profissionais e entidades locais. Cartografamos não somente para mapear, mas principalmente, para entender as diferentes sedimentações de campos de rede e de territórios, para assim, compor as ações estratégicas dirigidas à atuação da categoria no cenário de produção de diferentes ecologias e de danos que culminam nos cenários de emergências e desastres. A partir disso, o CRPRS, numa parceria com o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do RS (COSEMS), em função da publicação das Portarias 300 e 327 pela Secretaria Estadual da Saúde, que viabilizam o financiamento para a contratação de equipes multiprofissionais para atuarem nos 92 municípios atingidos de forma mais intensa pelas enchentes, compõem as Rodas de Orientação Territorializadas, visando a orientação à categoria que viria a atuar em razão dessas duas portarias, assim como, aos profissionais já atuantes nas Redes e, numa ação interdisciplinar, aos demais componentes das equipes. Esse processo foi desenvolvido em duas etapas, tendo sido realizado em sete diferentes regiões e com dois encontros em cada uma delas, totalizando quatorze encontros.

O que o mapa da destruição em nosso estado nos revela? Podemos fazer uma análise das regiões mais afetadas?

Se olharmos o mapa geográfico veremos que o movimento mais intenso das águas se deu exatamente nos percursos seguidos pelo processo de colonização do território gaúcho, o que passa pelos tipos de uso do solo, pela implantação de recursos de infraestrutura, pela destruição da mata ciliar e por vários outros aspectos, que encontram com a instalação de áreas de habitação, próximas aos rios, o que, nas situações de enchentes, amplia as condições de risco às populações aí adscritas. Ao analisarmos o que ocorreu no RS, podemos perceber que catástrofes, emergências e desastres não devem ser naturalizados, mas devem ser



examinados com muito cuidado, pois são influenciados por uma série de fatores que os tornam complexos. Predomina um pensamento hegemônico que considera esses eventos como rotineiros ou fenômenos naturais, desvinculando-os de um modo de produção, exploração e ocupação dos territórios. Não podemos atribuir a responsabilidade apenas ao fato de que as águas não tiveram vazão, que o solo foi inundado pelo alto volume de chuvas ou que os ventos e a massa de ar quente dificultaram esse processo. Adotar essa perspectiva implica o risco de simplificar o fenômeno como um evento natural. No entanto, o perigo de tal abordagem é que a morte se torna vista como um resultado natural, assim como a perda de casas e vidas. Portanto, é fundamental reconhecer que, se continuarmos a extrair matérias-primas, promover o

desmatamento, realizar queimadas, poluir rios e ocupar áreas de forma desenfreada, sem pensar em cidades sustentáveis, estaremos perpetuando um sistema que devastará nosso planeta e gerará essas catástrofes. Além disso, naturaliza-se a ideia de que alguns desastres, especialmente os climáticos, são comuns e próprios de determinadas regiões. No entanto, ignoramos que, tanto em questões micro, quanto macro políticas, o incentivo ou a falta dele para o financiamento de políticas públicas ambientais e ecológicas pode ter efeitos devastadores, como os que estamos experienciando atualmente. E isso é um indicador de que certos corpos e populações sofrerão muito mais que outros, pois trata-se também de uma atualização do processo de colonização e necropolítica.

De que forma o Sistema Conselhos de Psicologia acolheu o Rio Grande do Sul?

Enquanto instituição nos preocupamos como cada profissional foi atingido em sua particularidade, porém seria impossível darmos conta de cada situação. Assim, procuramos atuar de uma forma que os impactos pudessem ser minimizados. Uma das formas que encontramos foi de levar ao CFP a situação dos profissionais e pensarmos a questão econômica, frente a impossibilidade de algumas/uns profissionais estarem trabalhando ou tendo que usar do seu poder econômico para reconstruir aspectos básicos das suas vidas. Assim, entra em atuação Resolução Nº 007/2024, que determina a postergação do vencimento, sem incidência de multas, juros e correção monetária, da anuidade profissional, relativas ao exercício de 2024. No mais, tivemos o apoio e o suporte dos demais Conselhos de Psicologia Regionais que já vivenciaram ou vivenciam situações recorrentes de emergências e desastres, e que vêm constituindo processos de atenção, cuidado e orientação nesses cenários, assim como, para aprovação na Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), das medidas necessárias para contemplar a situação da categoria em nosso estado. Enquanto Gestão, poder contar com esse aporte prático e afetivo do Sistema Conselhos, foi fundamental para nos fortalecer na condução dos processos de trabalho que se fizeram necessários nesse percurso.

Que medidas estão sendo pensadas pelo CRPRS para beneficiar psicólogos/os diretamente atingidas/os pelas enchentes?

Queremos destacar a importância das conversações que vimos tendo no Sistema Conselhos, com relação à pauta Ecologias, Emergências e Desastres, e de todos os encaminhamentos sócio-técnico-políticos que vimos produzindo ao longo dos dias, mas reconhecemos também, que precisamos ampliar a reverberação a este momento e contemplar a categoria que é atingida diretamente, pelos danos causados pelos cenários já instalados e que haverão de acontecer recorrentemente, em diferentes territórios do nosso país. Considerando, então, o cenário devastador que vivenciamos em nosso estado, bem como, o fato de que várias/os psicólogos/os terem sido atingidas/os diretamente pelas enchentes ou mesmo, indiretamente, por seus efeitos, o CRPRS tem envidado esforços na busca de medidas para resguardo da categoria profissional, no enfrentamento aos efeitos da calamidade pública que assola o Rio Grande do Sul, por conta dos eventos climáticos extraordinários. No mais, realizamos levantamento das/os profissionais que foram atingidas/os pelas enchentes, visto que, além das questões relacionadas à anuidade, compomos ações de atenção e orientação à difícil situação vivenciada por tantas/os colegas em nosso estado e, assim, temos envidado esforços para compor o melhor acolhimento, acompanhamento, orientação e condução dos processos de trabalho que estão sendo constituídos em função disso que estamos vivenciando, para cruzarmos essa devastação, da melhor forma possível e o rápido restabelecimento das condições humanas, sociais, profissionais, pessoais, afetivas, emocionais e práticas, para a recomposição das suas vidas e existências, não somente para que novamente estejam dadas as suas condições de trabalho, mas principalmente, para que estejam dadas as suas condições de viver e viver do modo mais sereno, tranquilo e alegre possível.

Cuidado ao Bem-Viver de Populações Indígenas em Desastres

Luiz Felipe Barboza Lacerda | CRP 07/15.280

Beatriz Schmidt | CRP 07/20972

Camila Pinheiro Medeiros

Debora da Silva Noal

Franciane Pereira Fardin

Kwarahy Tenetehar

Lara Gonçalves Coelho

Miriam Dantas de Almeida (Tembé)

A Natureza é viva. As intervenções nela realizadas pelos humanos, sem a devida harmonia, contribuem para a ocorrência de desastres que afetam diferentes dimensões do cotidiano e da saúde individual e coletiva (Mosurska et al., 2023). No que tange às repercussões às populações indígenas, deve-se reconhecer que, afora os efeitos imediatos dos desastres, tais populações vivem em um contexto prévio de constantes vulnerabilidades e ameaças aos aspectos que sustentam seu Bem-Viver (Noal et al., 2024).

Dentre os desastres recentes que afetaram povos originários no Brasil, destacam-se as inundações intensas nas regiões Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia, de dezembro de 2021 a janeiro de 2022 (Fundação Oswaldo Cruz, 2022). Foram atingidas 88 aldeias, com aproximadamente 19 mil pessoas. Houve prejuízos a edificações, plantações e estradas, com impactos psicossociais, econômicos e territoriais de



grandes proporções. Com o intuito de mitigar parte desses impactos, formou-se uma força-tarefa entre governos federal, estadual e municipais, além de órgãos de ajuda humanitária, para atenção às demandas de saúde emergentes.

Noal et al. (2024) abordaram o processo de construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver dos povos originários afetados pelas enchentes na Bahia, por meio do trabalho colaborativo entre etnias indígenas e equipes locais de saúde, com a assessoria de especialistas em desastres e emergências em saúde pública. Os autores analisaram registros de reuniões, um curso para profissionais de saúde indígenas e três documentos de referência produzidos pela equipe interdisciplinar que se formou, na perspectiva da integralidade na assistência à saúde. Foram apresentadas recomendações a profissionais e gestores da Rede de Atenção Psicossocial, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando contribuir na formulação de políticas públicas consoantes às particularidades sócio-histórico-culturais de cada etnia.

Vale pontuar que o estudo de Noal et al. (2024) foi publicado no mesmo período em que o Rio Grande do Sul enfrentava o pior desastre já registrado na história do estado, em decorrência de fortes chuvas entre abril e maio de 2024. Aproximadamente 96% dos municípios foram atingidos, com 2,4 milhões de pessoas afetadas, incluindo 34 desaparecidas e 179 que foram a óbito (Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2024). Com relação aos povos indígenas, quase 17 mil pessoas foram impactadas, em 84 comunidades (Ministério dos Povos Indígenas, 2024). A Força Nacional do SUS organizou missões com voluntários para apoiar a fase de resposta ao desastre no Rio Grande do Sul, sendo que três das autoras do presente artigo integraram a equipe de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Diante do aumento de eventos extremos em todo o mundo e considerando que as populações indígenas tendem a estar mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e ao risco de desastres socioambientais, devido ao legado de exclusão e desigualdade, Noal et al. (2024) salientaram aspectos a

serem considerados na construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver dos povos originários. São exemplos: escuta e comunicação sensível, intercultural e contextualizada; noção de Corpo-Território; identidade coletiva e, por conseguinte, elaboração coletiva dos eventos extremos e suas repercussões; centralidade da espiritualidade; respeito à organização social, à ciência e à medicina própria das populações indígenas. O estudo em questão reforça a importância das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação a eventos extremos, com proteção das especificidades e garantia do protagonismo dos povos originários.

Acesse artigo na íntegra publicado na revista “Estudos de Psicologia”, publicação do programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica de Campinas: <https://x.gd/tsLue>

Referências

- Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2024). Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 27/6, 17h. <https://estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-27-6-17h>
- Fundação Oswaldo Cruz. (2022). Recomendações em Saúde Mental e Atenção Psicossocial/Bem-Viver para Povos Indígenas Afetados pelas Inundações na Bahia. Ministério dos Povos Indígenas (2024). Relatório da SESAI indica que mais de 16 mil indígenas foram impactados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/05/relatorio-da-sesai-indica-que-mais-de-16-mil-indigenas-foram-impactados-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>
- Mosurska, A., Clark-Ginsberg, A., Sallu, S., & Ford, J. (2023). Disasters and indigenous peoples: A critical discourse analysis of the expert news media. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 6(1), 178-201. <https://doi.org/10.1177/25148486221096371>
- Noal, D. S., Lacerda, L. F. B., Medeiros, C. P., Santos, R. A., Cardoso, Y. C., Coelho, L. G., & Schmidt, B. (2024). Psicologias indígenas em desastres: Construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 41, e230096. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230096pt>

Crise climática e o atravessamento em nossos corpos territórios

Núcleo Bem-Viver: Psicologias Indígenas e Corpos Territórios do CRPRS

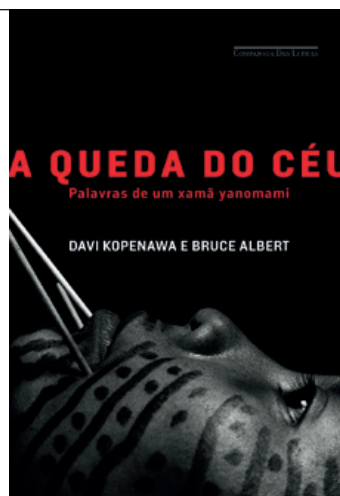
Nossos *kofás* (velhos sábios) têm uma visão direta e intensa do que está acontecendo com a humanidade: eles sabem por que há tanta violência, brutalidade, indiferença um com o outro e falta de fraternidade. As pessoas mais velhas afirmam que o ser humano se afastou do próprio coração!

A civilização seguiu um caminho errado, do ego, da competição, da hierarquia e não da compaixão, forçando as pessoas a se afastar, cada vez mais, da natureza e do próprio coração. As pessoas perderam sua identidade fundamental como resultado dessa distância. Muitas vezes, quando olhamos para uma floresta, o que podemos ver são os galhos entrelaçados, as folhas e os troncos superficiais. No entanto, devemos prestar atenção a um mundo complexo e interconectado que se esconde por trás dessa aparente simplicidade.

O colapso climático está aí e estamos lutando por nossas vidas. A pandemia mostrou o desequilíbrio total em nossas vidas. As demarcações de terras são a saída para barrar a crise climática; as populações tradicionais são essenciais para deter a mudança climática.

As nossas lideranças indígenas desempenham um papel extremamente importante para a preservação da nossa mãe terra, assim como todas as mulheres, crianças e velhos. Neste sentido, o livro “A Queda do Céu”, de Davi Kopenawa Yanomami e Bruce Albert, é um exemplo das várias inquietações sobre a crise climática que estamos vivendo.

Nós, povos indígenas, somos defensores do meio ambiente, pois nossa ligação com a terra é de respeito e harmonia. É necessário entender que o território, a terra é a extensão dos corpos indígenas, sendo um templo sagrado de vida. Essa relação entre a terra e nós, povos indígenas, diz sobre nossa vivência e sobrevivência.



da linguagem, mas que o sentido dela para os povos indígenas é diferente para os brancos. Para os povos indígenas, o processo de escuta já se inicia desde cedo e esse cuidado com a nossa mãe terra é nato, corre em nossas veias, mas é importante que todas as pessoas possam estar juntas nesse cuidado com a nossa mãe terra.

Nos últimos meses as crises climáticas se mostraram cada vez mais evidentes e desastrosas. Nós, povos indígenas, temos um grande compromisso com a natureza e com tudo o que existe nela, a fim de proteger nossa cultura e nossos modos de vida. Uma interpretação da cultura indígena e das diferentes situações apresentadas por Davi se associa ao nosso papel, de proteção da floresta e da natureza. Sabemos que o modelo atual de sociedade está levando à destruição social e ambiental da natureza, e os não-indígenas devem se unir a nós em defesa do meio ambiente para que o futuro possa existir.

A Psicologia no contexto indígena possui um papel extremamente importante neste momento. Traz a discussão sobre o bem-viver, corpo, mente e espiritualidade, sobre a importância do cuidado com o território. Um território protegido é um território-corpo sadio. Precisamos nos unir e poder ouvir as batidas do coração da nossa mãe terra. Por isso que quando nossas lanças batem no chão é para que juntos possamos caminhar na mesma sintonia.

Existe um alerta global, um chamado para a humanidade sobre a preservação do meio ambiente. Esse aviso é feito há décadas por nós, é real e a possibilidade de o futuro não existir está diante de nós. Davi Kopenawa Yanomami, escritor, ator, xamã e importante líder político, fala do poder

Para quem quer cantar e dançar para o céu

Maria Luiza Diello | CRP 07/08488

Psicóloga e conselheira tesoureira do CRPRS.

Ailton Krenak é um grande pensador indígena, ambientalista, escritor e jornalista, que publicou vários escritos, dentre eles: *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), *A vida não é útil* (2020), *O amanhã não está à venda* (2020), *Futuro Ancestral* (2022). É autor da Carta “De Ailton Krenak para quem quer cantar e dançar para o céu” e que compõe o Projeto “As cartas dos povos indígenas ao Brasil”, que reúne cartas escritas por indígenas e dirigidas a figuras representativas no cenário político brasileiro, em diferentes períodos da história do país, assim como, mostra como é ser indígena no Brasil.

Insurgente em seu pensamento, contrapõe a banalização da vida e a dominância da colonização subjetiva, ecológica, social, política e histórica, não evidenciando somente os equívocos da história colonizadora, mas apresentando o modo de viver, de habitar o planeta e compor relações-relações entre humanos, espécies, diferentes territórios etc, vivenciado pelas comunidades indígenas e que podem nos ajudar a mudar o curso de nossa caminhada predatória, nos usos do planeta terra.

Seu pensamento nos mobiliza a pensar na produção de modos de vida coletivantes, que viabilizam respeitar e proteger as vidas que compõem as formações coletivas; na produção de outras ecologias das subjetividades, dos afetos, das relações, das alianças sociais; e também, nesse modelo de usos do planeta que destroem as florestas, os rios, as águas, os animais, os peixes, as aves e todos os outros seres vivos, o equilíbrio da natureza, a soberania das gentes e que promove os mais diversos tipos de genocídios.

Uma escrita poética, feita das letras do que se vive. Fluída, tem a sonoridade da palavra falada e experimentada. É uma composição de afetos que se juntam feito convite ao Bem Viver, conduzindo-nos a transformar o pensamento, o modo de sentir e de viver.

Em sua Carta “Para quem quer cantar e dançar para o céu” tecida no prenúncio da primavera de 2020, nos traz a boniteza do modo de vida indígena (Bem Viver) e faz esse convite a quem acredita que cantando e dançando se pode suspender o céu, que o mundo em que vivemos é uma invenção que se dá de dentro de tudo, o tempo todo e versejando que “quando o céu criar a pressão sobre a terra, digo a você que dance, que suspenda o céu! Os filhos da terra precisam cantar e dançar para que o céu possa dar uma atmosfera vital, necessária para o retorno das flores, dos pássaros, das borboletas, das matas, enfim, para a celebração da vida, para o Bem Viver”. Enfim, mostra-nos que a natureza sempre inventa formas de se recompor e que não produz seus eventos para ensinar a nós humanos, mas sim, para devastar os incidentes que produzimos. Precisamos entender isso e “acreditar na criação de uma inteligência sutil, movente, para permitir que a vida, em sua diferença, coexista”. Eis o convite.

Veja a Carta em:
<https://cartasindigenasaobrasil.com.br>

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e as principais dúvidas de profissionais da Psicologia endereçadas ao CRPRS

Flávia Cardozo de Mattos | CRP 07/15863
Coordenadora Técnica do CRPRS

Antonieta Martins Lopes Bridi | CRP 07/23600

Geovana da Silva Ferreira | CRP 07/26815

Kwala Machado da Rosa | CRP 07/20143

Larissa Goya Pierry | CRP 07/25248

Letícia Goldenberg Gianecchini | CRP 07/12222

Lúcio Fernando Garcia | CRP 07/08011

Psicólogas/os Fiscais do CRPRS

Segundo **balanço divulgado pela Defesa Civil em 09 de junho de 2024**, as enchentes de maio deste ano no Rio Grande do Sul (RS) deixaram um rastro de 478 municípios afetados, 173 óbitos, 806 pessoas feridas, 423.486 pessoas desalojadas, 18.854 pessoas abrigadas e 2.398.255 pessoas atingidas. Este foi, possivelmente, o maior desastre sócio-político-ambiental da história do estado e do país.

Já no primeiro tempo deste desastre, foi registrado o apelo pela inserção da Psicologia nos pontos de resgate e abrigo. Mesmo que, via de regra, o campo da Gestão Integral de Riscos e Desastres não conste nos currículos obrigatórios dos cursos de graduação em Psicologia, a categoria respondeu ativamente às demandas que se impunham. Neste cenário, o CRPRS foi constantemente acionado para prestar orientações técnicas e dirimir dúvidas.

Nas primeiras quatro semanas, alguns questionamentos tiveram maior expressão. A primeira dúvida que surgiu, ainda durante a evolução das enchentes, foi sobre o cadastramento de serviços voluntários de Psicologia. Compreendendo que essa atribuição é de competência do governo estadual, o CRPRS realizou algumas reuniões com a Secretaria Estadual de Saúde (SES/RS) para alinhamento desta organização e das informações a serem prestadas.



Ao passo que profissionais do RS questionavam sobre ações voluntárias presenciais, profissionais de outros estados brasileiros e até mesmo do exterior indagavam a respeito de ações voluntárias remotas. Informações equivocadas circularam em larga escala na web, o que motivou a produção de vídeos do CRPRS orientando sobre essa prática. Os pilares normativos desta orientação foram as [Resoluções CFP nº 011/2018](#) e [004/2020](#), que disciplinavam, à época, os atendimentos on-line (vide atualização da norma através da [Resolução CFP nº 09/2024](#)). Contudo, o CRPRS adotou uma interpretação dessas normas à luz da realidade que marcava o estado naquele momento. Compreendendo o colapso dos sistemas de comunicação, transportes e saneamento básico nas semanas iniciais do desastre, e compreendendo a necessidade de análise da viabilidade técnica para prestação de serviços remotos, neste primeiro tempo as orientações alertavam quanto

a cuidados éticos a serem tomados pela categoria, priorizando-se os atendimentos presenciais. Essa orientação coaduna com princípios estabelecidos pelo [Comitê Permanente Interagências](#) (Inter Agency Standing Committee – IASC) e pela [Organização Mundial da Saúde](#) (OMS), que estabelecem ações de resposta a crises diretamente nos territórios das comunidades atingidas.

Dúvidas sobre registro documental dos serviços prestados voluntariamente em abrigos também foram constantes. A estas, a equipe de psicólogas/os fiscais do CRPRS respondeu referenciando a [Resolução CFP nº 001/2009](#) e a obrigatoriedade deste registro. Sobre este tema, apresentou-se a ressalva de se articularem os serviços prestados à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do território, para continuidade do acompanhamento das pessoas atingidas.

Outras dúvidas foram debatidas através de Webinários e Rodas de Orientação. Nestes espaços, foram analisados conceitos de Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP), reações emocionais esperadas diante de eventos críticos, luto, gestão do cuidado, gestão de abrigos, racismo ambiental, enfrentamento a violência sexual e de gênero, intersetorialidade e transetorialidade, dentre outros.

A proporção territorial e populacional do desastre sócio-político-ambiental de maio de 2024 no RS foi avassaladora. Diante de tão grave impacto, a categoria de profissionais de Psicologia honrou seu compromisso social, propondo ações voluntárias de assistência às pessoas atingidas. As dúvidas que surgiram neste contexto sinalizam que essas enchentes mudaram não apenas a história do estado e do país, mas também da profissão. O campo da Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres se tornou pauta obrigatória e prioritária, para que as intervenções da Psicologia possam avançar não apenas na fase de resposta, mas também nas de reconstrução, prevenção e preparação. Neste contexto, o CRPRS cumpriu sua função precípua de orientar a categoria, em diferentes formatos, sobre variados temas, participando ativamente das ações de contingência.



Mapeando o desastre

Em maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por chuvas volumosas, afetando 478 municípios (95% do território) e se tornando o maior desastre sócio-político-ambiental da nossa história. O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, entendendo que o papel da Psicologia é central na resposta de curto, médio e longo prazo, com presteza se colocou à disposição da categoria através do dispositivo de rodas de orientação virtuais e, posteriormente, presenciais. Entretanto, os esforços para uma resposta eficiente a situações de desastre e emergências não podem ser desarticuladas das redes já existentes nos territórios afetados, sejam elas institucionais (rede de saúde, rede de proteção social, assistência social, secretarias e comissões gestoras), sejam redes da sociedade civil (movimentos sociais, organizações socioculturais e populações tradicionais que compõem os territórios), neste sentido, para além dos movimentos emergenciais de primeiros socorros psicológicos e voluntariados, é preciso mapear os territórios afetados, suas estruturas de saúde e proteção social, a quantidade de profissionais disponível e situação de destruição na qual se encontram, para organizar ações efetivas e direcionadas às singularidades e contextos da destruição.

O CREPOP caracterizado por sua função principal - interface entre Psicologia e Políticas Públicas - foi acionado para realizar esse mapeamento situacional e também na construção de redes para compreender, em primeiro momento, quais eram os municípios mais afetados; quais as principais demandas da categoria e quantos profissionais teriam sido atingidos pelas enchentes. A partir desse mapeamento, foi possível dar especial atenção para os 76 municípios que se encontram em situação de calamidade pública, aplicando para estes um segundo mapeamento, para observar 1) a quantidade de equipamentos de saúde e de psicólogos/os; 2) a quantidade de trabalhadores destes equipamentos; 3) a quantidade de psicólogos/os ativos e; 4) acionar as secretarias de saúde e coordenadorias regionais para compreender as diferentes necessidades.

Mapear e levantar dados é o primeiro passo para a composição de políticas consistentes pois, desenhando a situação em dados quantitativos e qualitativos, é possível realizar uma melhor compreensão de diagnóstico situacional, além dos dados servirem de subsídio para discussões importantes frente ao campo da saúde e saúde mental. Esse processo nos mostrou que os municípios podem estar convivendo com inundações, enchentes e/ou deslizamentos e que cada uma dessas situações demanda ações estratégicas próprias a serem trabalhadas.

Quando mapeamos, entendemos que as nossas noções em Psicologia precisam estar a serviço do território e não se dar sobre ele, em razão de que é no encontro que se tornam possíveis reflexões em conjunto com as pessoas que habitam e experienciam o território, com o horizonte sulador de manter a Saúde Mental Coletiva (Fagundes, S. 2020) em constante ação. É imprescindível colocar em perspectiva os saberes locais, esse conceito desenvolvido por encontros transversais, frisa acerca do: "Processo de construtor de sujeitos sociais desencadeadores de transformações nos modos de pensar, sentir e fazer política, ciência e gestão no cotidiano de estruturas de mediação da sociedade [...]" (Fagundes, S. 2020). Então, assim, realizar a construção de mapeamentos dentro das políticas públicas é o que proporciona uma aproximação efetiva, objetiva e focada nas necessidades dos territórios, das populações e, assim, também da categoria.

Luís Henrique da Silva Souza
Conselheiro de Referência do CREPOP/RS

Jéssica Prudente
Conselheira de Referência do CREPOP/RS

Gabriel Alves Godoi
Assessor Técnico de Políticas Públicas

Cecília Freitas
Estagiária

Agenda da Psicologia

9º Curso de Formação: Transtorno do Espectro Autista – TEA (Identificação, Avaliação e Diagnóstico)

03/09 a 29/10/2024

Porto Alegre/RS

🌐 nucleomedicopsicologico.com.br

☎ (51) 99964-4919

✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

Avaliação Psicológica da Personalidade

05/09/2024

Porto Alegre/RS

🌐 nucleomedicopsicologico.com.br

☎ (51) 99964-4919

✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

34º Curso: Teste Pirâmides Coloridas de Pflister

10 e 11/09/2024

Porto Alegre/RS

🌐 nucleomedicopsicologico.com.br

☎ (51) 99964-4919

✉ roberta@nucleomedicopsicologico.com.br

Introdução à Psicofarmacologia Clínica

23/09/2024 até 11/11/2024

São Paulo/SP – Curso à distância

🌐 uspdigital.usp.br/apolo

☎ (11) 96480-8557

✉ aizenst@icb.usp.br

Congresso Wainer 2024

03, 04 e 05/10/2024

Bento Gonçalves/RS

🌐 congressowainer.com.br

I Congresso de Psicologia, Virtualidade, Tecnologia e Inovação - Um Encontro On-line Entre Países de Língua Portuguesa

25, 26 e 27/10/2024

Congresso 100% On-line, transmissão será realizada ao vivo pelo Zoom e YouTube.

🌐 igt.psc.br/igt/l-congresso-de-lingua-portuguesa-de-psicologia-virtualidade-tecnologia-e-inovacao

☎ (21) 97273-7182

✉ comissaorganizadora@igt.psc.br

Gira Psi

Em comemoração aos 50 anos do CRP no Rio Grande do Sul, o Conselho

está promovendo, ao longo de 2024, o projeto Gira Psi, eventos descentralizados pelo estado que incluem ações de orientação e fiscalização e pautas técnicas e transversais, além de incentivar a confecção da nova Carteira de Identidade Profissional (CIP).



Confira a agenda e participe!

Santa Maria – 27 e 28/09/2024

Santa Cruz do Sul – 25 e 26/10/2024

Pelotas – 08 e 09/11/2024

Erechim – 06 e 07/12/2024

Lembrando que as datas aqui divulgadas estão sujeitas a alterações.

Saiba mais em <https://www.crprs.org.br/girapsi>.

12º Congresso Nacional da Psicologia

O Sistema Conselhos de Psicologia realiza, a cada três anos, o Congresso Nacional da Psicologia (CNP), instância máxima em que são discutidas e deliberadas políticas

prioritárias para os próximos três anos, ou seja, para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal. O tema do 12º CNP será “Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do nosso fazer”. Para participar do Congresso Nacional da Psicologia é preciso ter sido eleita/o delegada/o nos Congressos Regionais que, por sua vez, são organizados com as/os delegadas/os eleitas/os nos Pré-Congressos. Acesse Regulamentos em crprs.org.br/cnp.



Pré-Congressos Regionais da Psicologia

28/09/2024, sábado, 9h – Santa Maria

04/10/2024, sexta-feira, 17h – São Leopoldo

05/10/2024, sábado, 9h – Caxias do Sul

09/10/2024, quarta-feira, 18h – on-line

10/10/2024, quinta-feira, 14h – on-line

11/10/2024, sexta-feira, 9h – on-line

22/10/2024, terça-feira, 18h – Passo Fundo

26/10/2024, sábado, 9h – Santa Cruz do Sul

09/11/2024, sábado, 9h – Pelotas

07/12/24, sábado, 9h – Erechim

25/01/2025, sábado, 9h – Santa Rosa

01/02/2025, sábado, 9h – Porto Alegre

12º Congresso Regional da Psicologia (COREPSI/RS): de 21 a 23/03/2025, em Porto Alegre

12º Congresso Nacional da Psicologia (CNP): de 03 a 06/07/2025, em Brasília

Mudanças climáticas e deslocamentos forçados

As mudanças climáticas têm forçado o deslocamento de um número crescente de pessoas ao redor do mundo nos últimos anos, além de agravarem as dificuldades de quem já tem precisado se deslocar por conta de guerras ou perseguições, como aponta o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Segundo o Centro de Monitoramento do Deslocamento Internacional (IDMC), em 2022 mais de 30 milhões de pessoas no mundo tiveram que se deslocar dentro de seus países por conta de desastres, sendo que 98% desses deslocamentos foram relacionados a riscos ligados a eventos climáticos.

De acordo com dados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, mais de um milhão de pessoas foram direta ou indiretamente impactadas pelas enchentes no estado nesse ano, sendo que mais de 500 mil dessas pessoas tiveram que deixar suas casas, o que as torna deslocados internos ambientais.

As incertezas ligadas ao deslocamento, às perdas e aos lutos muito presentes no processo e em muitos casos a falta de acesso a condições dignas de moradia, saneamento e alimentação impactam na saúde mental da população. A intensidade e duração desses impactos variam de acordo com as especificidades da população atendida, assim como os recursos disponíveis para o cuidado. A literatura na área de Emergências e Desastres aponta para a importância da intervenção precoce, do acesso à informação de qualidade e da coordenação do cuidado para evitar que uma grande parcela da população afetada desenvolva questões de saúde mental mais graves no longo prazo.

Em levantamento com 127 estudos feito pelo Carbon Brief, um dos principais veículos de cobertura sobre mudanças climáticas, políticas energéticas e ciência do clima do mundo, foi apontado que 89% dos



estudos analisados afirmam que o aumento do nível do mar agravaria desigualdades e 72% deles apontam que a população mais pobre seria desproporcionalmente afetada.

É fundamental que tenhamos Políticas Públicas voltadas para prevenção de desastres climáticos e para o cuidado das pessoas atingidas por emergências e desastres, já que essa é uma realidade cada vez mais presente no nosso cotidiano.

Júlia Rodrigues Lobo | CRP 06/120638

Neuropsicóloga Clínica, pós-graduanda em Psicologia e Migração pela PUC-MG.

Confira um resumo das mobilizações do CRPRS diante das enchentes de maio de 2024:

Criação da seção do site crprs.org.br/eventosclimaticos reunindo informações e orientações para a categoria.

31 notícias produzidas desde 02/05/2024.

Produção de **6 vídeos** gravados pela Diretoria do CRPRS com orientações para estudantes e profissionais da Psicologia obtendo **mais de 600 mil visualizações** no perfil do Conselho no Instagram.

Realização de **21 Rodas de Orientação on-line e 14 Rodas de Orientação Territorializadas e 3 Rodas de Orientação on-line no formato de plantão**, com a participação de mais de 600 psicólogas/os voluntárias/os.

13 webinários sobre a atuação da Psicologia em Emergências e Desastres para quem ainda não estava atuando junto às vítimas das enchentes, visualizados por mais de 24 mil pessoas no Canal do YouTube do CRPRS.

Projeto Saúde Mental (En)cena, em parceria com a Dra. Rosângela (personagem do humorista Indio Behn): **5 vídeos** que renderam mais de **910 mil visualizações** no Instagram.

24 inserções em veículos de comunicação de todo o país por meio de assessoria de imprensa.

10.787 psicólogas/os voluntárias/os cadastradas/os pela Secretaria Estadual de Saúde.

Dia 02/05 – Criação do site crprs.org.br/eventosclimaticos, para inserção de notícias que poderiam orientar, mapear e informar a categoria no contexto de emergências e desastres.

Dia 03/05 – Publicado o primeiro vídeo sobre a emergência climática no estado, com fala da presidenta Míriam Alves. No pronunciamento, visto por 119 mil pessoas no perfil do CRPRS no Instagram, Míriam se solidariza com a população gaúcha e a categoria e também orienta como as/os profissionais da Psicologia podem atuar. No total, foram 6 vídeos gravados por membros da diretoria e editados pelo Setor de Comunicação com orientações para estudantes e profissionais da Psicologia obtendo mais de 600 mil visualizações.

Dia 06/05 – A partir deste dia, foram promovidas rodas de orientação sobre emergências e desastres voltadas para psicólogas/os que estavam atuando nas enchentes do RS.

Dia 07/05 – Reunimos, em uma publicação no site, referências técnicas, cartilhas, cursos e materiais audiovisuais para instrumentalizar a categoria na atuação no campo das emergências e desastres e dos primeiros socorros psicológicos.

Dia 08/05 – Organizamos e realizamos o primeiro de 13 webinários sobre a atuação da Psicologia em emergências e desastres para quem ainda não estava atuando junto às vítimas.

Dia 21/05 – Lançamento do projeto Saúde Mental (En)cena, em colaboração com a Dra. Rosângela, personagem do humorista Indio Behn. Nos 5 vídeos que renderam mais de 910 mil visualizações, a Dra. Rosângela passa orientações para psicólogas/os atuantes no contexto de emergências e desastres a partir das informações da área técnica do Conselho, aumentando o alcance das informações necessárias para o momento.

Assessoria de Imprensa – Em maio a Assessoria de Comunicação do CRPRS atendeu diversos veículos de imprensa de todo o país, para entrevistas, indicações de fontes e contribuindo com informações sobre a atuação da Psicologia no RS neste contexto.



CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Psicologia e Democracia: a pluriversalidade do nosso fazer

3 a 6 de julho de 2025

Em 2025 acontecerá o 12º Congresso Nacional da Psicologia, instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia em que são discutidas e deliberadas políticas prioritárias para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e do Federal.

Para participar do CNP é preciso ter sido eleita/o delegada/o nos Congressos Regionais que, por sua vez, são organizados com as/os delegadas/os eleitas/os nos Pré-Congressos.

Psicólogas/os e estudantes de Psicologias do RS, a partir de setembro de 2024 acontecem os Pré-Congressos Regionais da Psicologia.

Acesse crprs.org.br/cnp e saiba como participar.



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS		REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO	
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> CEP	
<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO	____/____/____
<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	_____
		RESPONSÁVEL

Endereço para devolução: Agência Auxiliadora – CEP 90450-970